

MARCELO JOSÉ DAS NEVES ALVES CAETANO

Legislaturas: I, III, V, VI.

Data de nascimento

- 1906-08-17.

Localidade

- Lisboa.

Data da morte

- 1980-10-26.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1927);
- Doutoramento em Direito na mesma Faculdade, sendo o primeiro doutor na especialidade de Ciências Jurídico-Económicas (1931).

Profissão

- Professor universitário;
- Advogado e jurisconsulto;
- Político.

Carreira profissional

- Oficial do Registo Civil em Óbidos;
- Chefe de Contencioso da Companhia de Seguros Fidelidade;
- Auditor jurídico do Ministério das Finanças, quando Salazar detinha a pasta;
- Consultor jurídico da Inspeção de Seguros;
- Presidente da comissão encarregada do estudo do seguro de crédito;
- Presidente da comissão encarregada de estudar a reforma da legislação referente às finanças municipais e paroquiais;
- Colaborou no *Jornal do Comércio e das Colónias* e, em 1932, integra a redacção de *O Direito*, cuja direcção assumirá em 1947;
- 1933 – Aprovado para professor auxiliar da Faculdade de Direito de Lisboa;
- 1933 – Eleito representante dos professores auxiliares à Assembleia Geral da Universidade;
- 1937 – Professor do Instituto de Serviço Social;
- 1942-1944 – Professor, em acumulação, do Instituto Superior Técnico de Lisboa;
- 1948 – Administrador do Banco Nacional Ultramarino;
- 1959-1962 – Reitor da Universidade de Lisboa;
- 1963 – Professor e vice-presidente do conselho da Faculdade Internacional de Direito Comparado;
- Depois de 1974, exilado no Brasil, leccionou na Universidade Gama Filho, de cujo Instituto de Direito Comparado foi director.

Perfil político-ideológico

- Militante da Juventude Católica;
- Militante do Integralismo Lusitano;
- Escuteiro-chefe do Corpo Nacional de Escutas;
- Secretário de redacção de *Nação Portuguesa*, órgão oficial do Integralismo Lusitano;
- Director e fundador da revista *Nova Ordem*;
- Carreira na União Nacional/Acção Nacional Popular: Membro da Junta Consultiva (1932); Membro da 1.^a Comissão Executiva (1933); Presidente da Comissão Executiva (1947-1949); Presidente da Comissão Central da Acção Nacional Popular (1970-1974).
- 1935 – Director cultural do 1.º Cruzeiro de Férias dos Estudantes da Metrópole às Colónias;
- 1940 – Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa;

Carreira político-administrativa

- 1933 – Colabora no projecto da Constituição Política;
- 1933 – Com Fezas Vital, redige o projecto do futuro Código Administrativo de 1936;
- Presidente da Direcção do Grémio dos Seguradores, em cuja qualidade integra pela primeira vez a Câmara Corporativa, sendo que nas restantes foi nomeado pelo Conselho Corporativo;

- 1935-1947 – Vogal do Conselho do Império Colonial;
- 1936 – Vogal da Direcção do Instituto para a Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional;
- 1939-1940 – Presidente do Conselho Administrativo da Caixa de Previdência do Ministério da Educação;
- 1944-1947 – Ministro das Colónias;
- 1949-1955 – Presidente da Câmara Corporativa;
- 1952 – Membro vitalício do Conselho de Estado;
- 1953-1958 – Vice-presidente do Conselho Ultramarino;
- 1955-1959 – Ministro da Presidência;
- 1968-1974 – Presidente do Conselho;
- 1974 – Deposto pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974, exilou-se no Brasil, onde morreu.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	12. ^a Secção – Crédito e seguros.
III	17. ^a – Educação física e desportos (<i>Assessor</i>); 19. ^a – Autarquias locais (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral.
V	Presidente da Mesa.
VI	Presidente da Mesa.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 30]

I Legislatura (1935-1938) [3]

- 3/I – Reconstituição económica.
- 4/I – Reforma do crédito.
- 21/I – Seguros de vida dos funcionários públicos (*Relator*).

III Legislatura (1942-1945) [9]

- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 3/III – «Casal da Escola».
- 4/III – Fiscalização das sociedades por acções.
- 5/III – Criação do Conselho de Fomento.
- 8/III – Convenção Ortográfica Luso-Brasileira.
- 9/III – Estatuto da Assistência Social (*Relator*).
- 10/III – Reabilitação dos delinquentes e jurisdicionalização do cumprimento das penas e das medidas de segurança.
- 11/III – Concessões de terrenos no ultramar.
- 17/III – Construção de casas de rendas económicas.

V Legislatura (1949-1953) [18]

- 1/V – Autorização de receitas e despesas para 1950.
- 3/V – Reforma do ensino das Belas-Artes.
- 4/V – Luta contra a tuberculose.
- 6/V – Sobre amnistia, protecção aos inválidos de guerra e revogação das leis de banimento.
- 7/V – Alterações ao regime do inquilinato.
- 8/V – Organização dos Serviços de Registo e do Notariado.
- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951.
- 11/V – Revisão do Acto Colonial (*Relator*).
- 12/V – Revisão da Constituição Política (*Relator*).
- 14/V – Proposta de lei de autorização da emissão dum empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1951».
- 16/V – Projecto de lei de aditamento dum artigo à Constituição Política, sobre a defesa da língua.
- 17/V – Projecto de lei de um aditamento ao artigo 109.º da Constituição, sobre a ratificação de decretos-leis.
- 19/V – Plantio da vinha no continente.
- 21/V – Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais (*Relator*).
- 22/V – Autorização das receitas e despesas para 1952.
- 24/V – Protocolo adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 25/V – Estatuto do Turismo.
- 26/V – Emparcelamento da propriedade rústica.

VI Legislatura (1953-1957)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.